Parte I – Estudos Territoriais no Brasil

4. Turismo rural: resgatando conceitos e atualizando reflexões

Glaucio José Marafon
Valéria Maria de Souza Lima

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARAFON, G.J., and LIMA, V.M.S. Turismo rural: resgatando conceitos e atualizando reflexões. In: MARAFON, G.J., ARIAS, L.Q., and SÁNCHEZ, M.A., orgs. Apresentação. In: *Estudos territoriais no Brasil e na Costa Rica* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 91-111. ISBN 978-85-7511-499-5. Available from: doi: [10.7476/9788575114995.0005](https://doi.org/10.7476/9788575114995.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/j3jbg/epub/marafon-9788575114995.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

4. Turismo rural: resgatando conceitos e atualizando reflexões

Glaucio José Marafon
Valéria Maria de Souza Lima

Introdução

Tradicionalmente, o campo brasileiro tem exercido a função tanto de fornecedor quanto de consumidor da cidade, seja provendo necessidades com matéria-prima ou recursos humanos para o trabalho, seja absorvendo mercadorias e facilidades. A análise de tais transformações ganha, ainda, maior importância quando consideramos que as atividades desenvolvidas no campo passam a se configurar, cada vez menos, como agrícolas, abarcando sobremaneira a produção industrial e os serviços associados ao turismo, em vista da crescente valorização das áreas ricas em aspectos naturais.

Além disso, há que se destacar o contínuo processo de migração da cidade para o campo, na busca das pessoas por sua inserção no mercado de trabalho e pelo apelo de uma melhor qualidade de vida. Local da produção agropecuária, o campo transforma-se, assim, em um espaço onde se observa a realização de inúmeras atividades não agrícolas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros etc.

Nesse contexto, o espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, sendo representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, correspondentes ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. O espaço rural da produção familiar passa a ser também evidenciado pelas atividades não agrícolas, que valorizam os patrimônios naturais e históricos nele presentes.

É importante lembrar que tais mudanças no campo acarretam transformações na própria organização do espaço como um todo, envolvendo interes-

ses de fora do meio rural. Assim, este permanece na forma dos casarões, das roças, de alguns objetos que identificam o campo como rural, porém a sua função não é mais exclusivamente agrícola, como frisado por Woods (2007, p. 491):

A rural realm constituted by multiple, shifting, tangled and dynamics networks, connecting rural to rural and rural to urban, but with greater intensities of globalization processes and of global interconnections in some rural localities than in others, and thus with a differential distribution of power, opportunity and wealth across rural space.

Em face de toda essa diversidade, percebe-se hoje a maior preocupação com a preservação natural, em vista da intensificação de atividades econômicas e interesses sociais que propiciam o surgimento de novas funções para o produtor rural e dinamizam o seu espaço de atuação, com aproveitamento de novas fontes de energia e de amenidades propiciadas pelos centros urbanos próximos.

Nesse caso, temos um campo diferenciado, preparado para ser consumido pelos moradores da cidade e onde a indústria e a lógica capitalista já se fazem presentes. Sem dúvida, esse espaço rural está cada vez mais se adequando aos hábitos urbanos para atender às exigências dos moradores citadinos e, nessa configuração, o entendimento dessas áreas ultrapassa a ideia de encará-las como espaços antagônicos. Temos, dessa forma, urbanidades no espaço rural, assim como proposto por João Rua (2006).

Em busca de reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial em face da diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, merecem destaque na atualidade as atividades turísticas, diante da proliferação das áreas destinadas ao lazer. Essas “novas” atividades têm demandado um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão do turismo no espaço rural, possibilitando que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, passem a ocupar as vagas de trabalho geradas por essa necessidade.

Diante desse contexto, as atividades turísticas no campo desempenham o papel de mais uma fonte de renda para muitas famílias, contribuindo para a manutenção e a reprodução das atividades agrárias. Contudo, enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais e o resgate da memória e da identidade. Desse modo, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Essa realidade já se faz presente nos campos de todos os estados brasileiros, como é o caso do que se observa na relação campo-cidade nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, em análise no presente texto, identificando o turismo rural como importante elemento de transformações nas áreas rurais.

Assim, uma vez que nossas investigações caminham pelo viés do espaço rural, podemos pensá-lo como híbrido no Brasil, de múltiplas funções, com a presença dos complexos agroindustriais, da produção familiar, das atividades não agrícolas, de agricultores e não agricultores, que interagem e criam conexões espaciais. Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca própria ao espaço rural.

Destarte, neste capítulo, propomos refletir sobre as atividades turísticas em espaços rurais, resgatando noções sobre como tais atividades se organizam em segmentos para fins de estratégia de planejamento, recurso importante de ser observado na busca de melhor compreensão do comportamento bastante dinâmico desse complexo fenômeno.

A cada dia surgem mais e novos temas do turismo, respondendo ao apelo de impulsos específicos que levam aos deslocamentos e às viagens. Pensar a segmentação do turismo para além das noções de mercado e de concorrência é um desafio que nos leva ao esforço de capturar do fenômeno turístico a sua essência, ou seja, o potencial transformador inerente à experiência que pode ou não se realizar. Nessa perspectiva, a força transformadora do turismo parece estar mais presente em alguns temas, como é o caso do turismo rural.

As múltiplas concepções sobre o turismo praticado no espaço rural têm tantas vertentes quanto são os recortes possíveis de serem feitos em relação ao que pode ser considerado rural, enriquecendo a diversidade de conceitos e a gama de vivências turísticas. É no contexto das relações globais e frenéticas da atualidade que buscamos atualizar as reflexões sobre o turismo rural, no enredo do território e do espaço.

Espaço rural e turismo rural como segmento

Num primeiro momento, é importante explicitar o que entendemos por espaço rural a fim de balizarmos as discussões sobre as transformações em curso no campo brasileiro, fortemente marcado pelo agronegócio de bases modernas e biotecnológicas e pela produção familiar. De fato, o campo apresenta enorme gama de variações no território brasileiro, seja pelos níveis tecnológicos diferenciados, pelas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento do êxodo, seja pela força dos movimentos sociais na luta pelo acesso à terra.

Em face do exposto, perguntamo-nos: que imagens surgem à nossa mente quando pensamos em espaço rural, espaço de produção agrícola e pecuária, florestas, campos, espaço de turismo, de segunda residência, áreas menos modernas ou mais modernas? Quais são os principais problemas associados ao espaço rural?

Michel Woods (2005) sinaliza a existência de quatro amplas abordagens utilizadas para caracterizar o espaço rural. A primeira delas remete à descrição, para a distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais, baseando-se nas características socioespaciais expressas por meio de dados estatísticos; a segunda está atrelada aos aspectos socioculturais e procura identificar os territórios rurais por meio de tais características, com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira considera o rural como lugar, ou seja, em como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e, por fim, o rural é tomado como representação social, que privilegia, na abordagem, os símbolos, ou seja, os sinais e imagens pessoais que surgem quando os indivíduos pensam sobre o rural. A ruralidade aparece como um estado de espírito, como uma identificação com esse espaço. O rural não está apenas associado às estatísticas, ele é caracterizado pelas pessoas que nele vivem e pelo modo como elas se sentem habitando esse espaço.

Dessa forma, o rural emerge como um espaço híbrido que apresenta um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. No campo, são inúmeras as interações espaciais e redes geográficas formadas pelas empresas que integram os complexos agroindustriais compostos por atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais e turistas. Esses atores encontram-se associados a uma variada gama de caminhos, sobretudo com a valorização dos patrimônios natural, histórico ou cultural.

Se admitirmos a possibilidade, no período atual, do hibridismo para a caracterização do espaço rural, devemos buscar elencar algumas de suas características. De acordo com Kayser (1996), Diry (2004), Woods (2005) e Ferrão (2000), o espaço rural apresenta baixa densidade populacional, predomínio da atividade agro-silvo-pastoril (produção agropecuária e florestal), modo de vida de seus habitantes caracterizado pelo pertencimento às coletividades, e uma identidade fortemente marcada pela cultura camponesa. Porém, essas não são as únicas características presentes nesse espaço, uma vez que temos as atividades não agrícolas e outras ligadas à indústria, ao comércio e a serviços, próximas às aglomerações urbanas.

Devemos também ponderar sobre o papel do meio natural, o papel da técnica, da herança histórica e da tradição, e sobre o papel das grandes corporações que articulam o local e o global. Portanto, é necessário analisar quais são suas funções e como agem as grandes empresas em nível global e como suas estratégias globais são estabelecidas localmente.

Concordamos com Jean (2007) quando este afirma que o espaço rural não se reduz unicamente à atividade agrícola. A agricultura não corresponde ao seu foco estruturante, pois este apresenta novas relações, como, por exemplo, o crescimento do contingente populacional em busca de vantagens comparativas, seja por meio de empregos não agrícolas (vinculados ao setor industrial ou de serviços), seja na busca de espaços residenciais. Assim, o espaço rural, de uma função predominantemente agrícola, passa a apresentar outras funções. Para Jean (2007), assistimos também, no espaço rural brasileiro, ao renascimento do rural e de suas várias funções.

Portanto, ao falarmos de rural e de transformações em curso, estaremos necessariamente nos referindo ao processo de urbanização (das ocupações não agrícolas, da expansão do consumo e da acessibilidade). Em grande medida, identificamos, assim, os espaços de lazer, de produção industrial e de “processos de produção de valores simbólicos”, como informa Reis (2001, p. 7). Ao estudar Portugal, esse autor aponta como principais transformações a maior urbanização, o cosmopolitismo dos comportamentos e a intensa relação com os mercados de trabalho. Concordamos quando ele afirma que

parece claro que as mudanças no meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconômicas comportam uma mais intensa relação quer com políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta

dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é com certeza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Dessa forma, os estudos e pesquisas sobre a segmentação em turismo, inclusive no espaço rural, têm levado em conta aspectos relacionados à oferta dos destinos e às motivações, ou seja, à demanda turística, servindo tanto para observar interferências socioculturais quanto a dinâmica desse setor.

No que se refere à tipologia da demanda turística, vemos o esforço de Erik Cohen (Burns, 2002) para construir categorias conforme as conexões mantidas pelos turistas com o território, em especial, no que se refere às relações socioculturais que eles experimentam nos destinos que visitam. Desse modo, os turistas são considerados institucionalizados ou não, de acordo com o grau de intermediação de suas viagens por operadoras e agências de turismo. Essencialmente, tais estudos tomam por orientação os níveis de suficiência presentes ou não nas trocas culturais entre turistas e residentes, ou ainda certo envolvimento e interesse do turista por elementos culturais do destino por ele visitado.

Barretto (2000) infere que as maiores interferências provocadas no território seriam produzidas pelo padrão de turistas institucionalizados ou de massa, preocupados, prioritariamente, em ter uma experiência prazerosa. Estes seriam os que “preferem praias ou hotéis de lazer, parques temáticos e áreas onde possam divertir-se em contato com a natureza, com atividades físicas”, cuja tendência é ter menos contato com a população local. Contudo,

o paradoxo desse tipo de turista [institucionalizado] é que provoca grandes alterações na dinâmica da sociedade receptora, que se reflete em mudanças nos usos e costumes, na divisão social do trabalho, no relacionamento interpessoal, sobretudo no familiar, sem que haja contatos realmente interativos com a população receptora. Esta última só tem visibilidade como prestadora de serviços, e, por sua vez, o turista é visto pela população local apenas como um fator de produção, um capital ambulante, um portador de dinheiro com o qual tudo se comercializa, até o sorriso (p. 24).

No que se refere ao turista não institucionalizado, a autora esclarece que, em número ainda pequeno, “são pessoas que procuram um contato autêntico e íntimo com a população local, fazendo questão de respeitar o modo de vida desta última, [...] adaptando-se facilmente à cultura local e são consumidores de um estado de espírito e não de coisas materiais” (p. 24).

É, fundamentalmente, para esse último tipo de turista, o *não institucionalizado*, que surgem cada vez mais subsegmentos, ou propostas alternativas em turismo, do ponto de vista da oferta ou da diversidade de temas que pode motivar o deslocamento de pessoas para fora do seu entorno habitual. Barretto (2000) mostra que, de fato, existem ao menos cem diferentes espécies de turismo, de acordo com critérios específicos (p. 19). Mas, de modo geral, pode-se dizer que a busca pela experiência turística é fortemente motivada por atrativos naturais ou culturais, relacionados esses últimos a aspectos da história ou do cotidiano das comunidades visitadas.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2001), a ampliação do turismo temático, ou seja, aquele que se organiza a partir de determinados objetos para atrair e atender a nichos específicos de demanda turística, tem sido influenciada pelo surgimento de motivações cada vez mais especiais ou exclusivas por parte dos turistas, não só por conta de necessidades de ordem subjetiva, mas também em face de novos modelos de consumo da experiência turística. Desse modo, o turismo temático tem sido menos apropriado como alternativa socioeconômica para regiões menos favorecidas, do que como estratégia para diferenciação de produtos turísticos em relação a ofertas altamente competitivas.

Conforme a OMT (2001), o mote do turismo temático poderá centrar-se em torno de um “personagem, jogo, tecnologia, costume, espaço, conceito global, ficção”, destacando como principais temas agregados ao turismo a cultura, a aventura, os negócios, o esporte, a saúde, a natureza e o espaço rural (p. 130). Esses grandes eixos podem, ainda, apresentar ramificações, assumindo a segmentação turística grande importância em face de novas exigências de demanda:

Atualmente a satisfação do consumidor é conseguida apenas com a segmentação efetiva e uma grande variedade de ofertas e, para tanto, os atrativos deveriam ser projetados para segmentos específicos. As velhas soluções padronizadas não são mais viáveis nem para os turistas, nem para os moradores da área onde se (OMT, 2001, p. 132).

Pires (2002), porém, vê a motivação como tema ainda carente de maiores estudos e, no caso do turismo, sem respostas que ajudem a compreender os impulsos das viagens, de tal sorte mesclados, que muitas vezes mascarariam a principal razão do deslocamento. Para o autor, essa é uma das maiores problemáticas presentes em alguns segmentos, como o turismo rural, por exemplo, respondendo também pela dificuldade de que pesquisas possam melhor aferir a balança comercial do setor.

Verbole (2002) esclarece que, de fato, “o Turismo Rural está sustentado pela ‘percepção do imaginário’ [...] e a imagem associada ao segmento está permanentemente sendo desconstruída e reconstruída, uma vez que está sujeita a diferentes e complexos significados e interpretações” (p. 131). Por serem impulsionados por motivos, expectativas e percepções diversas, os turistas rurais estariam longe de serem considerados, nessa perspectiva, um grupo homogêneo.

Para Talavera (2000), podem-se identificar ao menos dois grupos tipológicos de turistas rurais: um com interesse na paisagem rural e na prática de atividades desportivo-recreativas; outro que se deixa encantar, em certa medida, pelas culturas dos locais que visita.

Também as diversas teorias sobre motivação não nos parecem suficientes para identificar um só motivo que se destaque como principal propulsor do turismo rural, ou um único e determinado tema ou enredo que caracterize esse segmento.

Se as motivações humanas compõem uma teia de intrincados interesses e necessidades, não podem ser consideradas de modo descolado das situações em que são enredadas. Nesse sentido, talvez seja mais adequado pensar os segmentos turísticos dentro do contexto do espaço onde se dá a experiência turística, tendo por cenário a dinâmica característica do turismo como fenômeno.

O embaraço dos conceitos

O turismo rural está definido pela OMT (2001) como o segmento que se refere “a atividades que são feitas no campo, seguindo os costumes e as tradições vividas em ambientes distantes das cidades e áreas industrializadas, como povoados, sítios, etc.” (p. 129).

Tulik (2003) nos remete a uma discussão presente em vários estudos sobre o turismo rural, informando que essa expressão vem sendo empregada de modo extensivo a qualquer atividade turística no *espaço* rural e que se identifica

no uso corrente com os termos “Turismo no Espaço Rural e Turismo nas Áreas Rurais” (p. 9).

Como categoria que nos importa observar, embora alertados por Santos (1978) de que *espaço* e *território* podem ser dotados de diferentes significados historicamente distintos, flexíveis e mutáveis, adotamos do autor a apreensão de que o espaço é um “campo de forças” de formação desigual, revestido de certa autonomia, como “resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (p. 171).

Abarcado como totalidade advinda dos processos e das relações sociais do passado e do presente, o espaço geográfico é, nesse sentido, organizado, produzido e reproduzido pelo homem e, em última instância, pela sociedade. Desse modo, podem mudar as formas e funções que ajudam a organizar e a conceber o espaço, ou melhor, à medida que muda a sociedade, muda também o espaço que dela resulta.

Essa vertente nos leva a pensar que, para se observar o turismo no espaço rural, caberá pensar o espaço organizado pela sociedade a partir de formas e funções que se vão definindo historicamente, no passado e no presente, de modo processual e dinâmico.

Como segmento, embora haja uma tendência última para que o turismo rural passe a representar apenas aquelas atividades ligadas de modo mais estreito e efetivo ao conteúdo rural, a questão, segundo Tulik (2003), torna-se sempre mais complexa, principalmente em face das grandes dificuldades encontradas ainda hoje na distinção entre espaço urbano e espaço rural.

Como mostra a referida autora, uma das questões controversas diz respeito ao uso aleatório de vocábulos aplicados ao turismo rural como se fossem sinônimos, mas cujos conceitos são específicos, tais como área, espaço, zona e meio.

Um debate mais enleado se trava em relação aos critérios que servem para delimitar o que seja urbano ou rural pela oposição e confronto entre estes (atividades, funções e características de cada uma dessas dimensões), pela verificação do tamanho e características demográficas de zonas rurais ou urbanas ou pela delimitação político-administrativa entre perímetro urbano e rural. Embora haja uma crescente preocupação de muitos estudiosos do tema em procurar indicar com clareza tais limites, esta não se mostra uma tarefa fácil, mas de linhas muito tênues.

O esforço para vencer a oposição entre urbano e rural remete aos recortes que consideram ora a aglomeração de casas e pessoas contraposta à habitação dispersa e difusa, ora a observação da dimensão e características das populações residentes em uma área urbana ou em uma área rural. Até mesmo as atividades desenvolvidas nesses espaços chamados de urbano ou rural são utilizadas à guisa de oposição, viés que ainda traz de modo superficial a polêmica contraposição entre o que é rural e o que é agrícola.

No campo do turismo segmentado, o nexos que se tenta estabelecer pela delimitação do perímetro urbano/rural se faz ainda mais perdido em virtude da eventual ampliação dos territórios chamados urbanos, conforme pode autorizar ou não a autonomia do governo municipal, tendo como pano de fundo a arrecadação de impostos. É assim que Rodrigues (2003) argumenta que o sem número de desmembramentos municipais ocorridos nos últimos anos no Brasil provocaram, com autorização legal, a criação artificial de pequenos centros urbanos com características eminentemente rurais.

É o caso de loteamentos em áreas rurais, cujas superfícies das unidades de desmembramento (lotes) estando abaixo do módulo rural são decretadas como áreas urbanas, recebendo tratamento como tal, por meio de implantação de infraestrutura urbana, o que vem justificar o pagamento de tributos urbanos (p. 107).

Locatel (2013) reitera a arbitrariedade presente na definição do que é o espaço urbano, ou da cidade, assim definido tão somente pela área que se considera administrativa, sendo o campo considerado apenas pelas relações sociais e de produção. Conforme o autor, ambos, cidade e campo, seriam dois subespaços orgânicos de uma mesma totalidade e lógica social. Há que se discutir, ainda, a ideia de continuidade entre os territórios urbano e rural, e, consequentemente, a possibilidade de que o mundo contemporâneo esteja fadado a conviver com o hibridismo que faz surgir diferentes graus de *ruralidade*.

Para Moreira (2002), a dimensão do território ganha destaque nesse debate, na medida em que o espaço rural incorpora elementos simbólicos e materiais que seriam urbanos. Essa relativa maleabilidade conceitual favoreceria, de tal modo, a agregação de atributos econômicos aos conceitos, que podem servir a indicadores que justifiquem iniciativas enredadas pelo poder hegemônico.

Na perspectiva de Raffestin (1993), território é o espaço onde o trabalho se realiza, gerando energia ou informação, ou seja, evado de manifestações de poder, de tal modo que, ao se apropriar de um espaço, o ator estará territorializando o mesmo. Já Santos (1996) entende o território a partir de seus usos, da associação de identidade criada pelo sentimento de pertencer a este ou de exercitar a vida social, cultural, afetiva, material e espiritual. De todo modo, esses são olhares que ajudam a aprofundar a reflexão sobre os limites improváveis entre o urbano e o rural.

No caminho de superar essa dicotomia rural-urbano, Teixeira e Lages (1997) chamam a atenção para o fato de que o termo rural não estaria restrito tão somente a questões de localização, como na oposição campo-cidade, mas revestir-se-ia de caráter particular relacionado à terra e aos modos de se relacionar com aquele espaço. O rural não estaria, portanto, subordinado ao urbano, gozando de certo *status* e expandindo-se para além das atividades agrícolas ou para a pluriatividade, marcando, assim, uma “nova” ruralidade.

Rua (2005) lembra que a proposta de existência das “novas ruralidades” aceita a possibilidade de que o rural e o urbano convivam no mesmo espaço. Reforça, assim, que a presença de urbanidades no meio rural não seria por si só suficiente para transformar o cotidiano rural em cotidiano urbano. Tampouco essas áreas híbridas dão a se distinguir por vezes como urbanas ou rurais, ainda que quase sempre sejam marcadas por uma grande assimetria, em que o urbano se destaca como dominante.

Rodrigues (2003) alerta, inclusive, sobre as artificialidades que serviriam para confundir ainda mais o mundo rural e o mundo urbano, considerando a presença ou não de certas modernidades nesses espaços, já que ambos estariam irremediavelmente marcados, na atualidade, pelos avanços da ciência, da técnica e da informação, em maior ou menor escala.

Uma das fortes marcas dessa nova ruralidade, para Silva (2011), é a pluriatividade, que combina atividades agrícolas e não agrícolas, uma vez que o espaço rural pode servir de palco para práticas diversas e não necessariamente ligadas à produção de alimentos, tal como mostram os diversos segmentos do turismo em contato com a natureza e a vida no campo.

Marafon e Ribeiro (2006) apontam o turismo rural como alternativa para os agricultores familiares que buscam complementar a renda empregando a sua força de trabalho em pluriatividades, ou seja, em empregos temporários em hotéis-fazenda, *spas* rurais e casas de segunda residência. Nesse caso, a

pluriatividade não se apresentaria como fenômeno conjuntural, mas como consequência da transformação da agricultura e da reestruturação econômica forjada pelo modelo capitalista.

Para Cunha (apud Tulik, 2003, p. 23), a referência ao rural não pode prescindir de levar em conta as características sociais, culturais e ambientais inerentes a esse termo:

Neste contexto, a zona rural será aquela cujas atividades econômicas tenham uma base agrária e florestal, com atividades agrícolas e florestais, além da pecuária e produtos derivados; deve caracterizar-se pela existência da vida natural e selvagem, em que a produção industrial seja esporádica e a cultura e as tradições se identifiquem, fortemente, com o ambiente e com as forças da natureza.

Rodrigues (2003) reforça essa premissa ao afirmar que “o Turismo Rural estaria correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural” (Rodrigues, 2003, p. 103).

Nesse ponto, entra em pauta, ainda, o hibridismo paisagístico insistente de algumas localidades que embaça o olhar sobre o que é rural ou ecológico, levando alguns autores à adoção do termo turismo “ecorrural” em seus encaminhamentos.

Em referência à paisagem, Pires (2003) lembra que o turismo é motivado, fundamentalmente, pela quebra da rotina e que esta é assegurada pela mudança física de lugar – constatação que se dá pela alteração da paisagem.

Ao apresentarem estudos sobre as abordagens geográficas da paisagem, Britto e Ferreira (2011) sinalizam a ausência de avanços conceituais que extrapolem os elementos “da visão, do belo, do afetivo, do físico ou do cultural”, ou mesmo que integrem campo e cidade, do ponto de vista de suas paisagens, como constitutivas de um “espaço geográfico globalizado” (p. 9).

No esforço de esclarecer o que viria a ser a paisagem rural, Pires (2003) lança mão dos vieses da topografia e do uso do solo, e inclui em sua análise o conceito de paisagem “humanizada” como “produto social, o resultado de uma transformação coletiva da natureza; a projeção cultural da sociedade num determinado espaço” (p. 127). A combinação de variados elementos remeteria, então, a duas subtipologias básicas da paisagem rural: a paisagem campestre e a

paisagem cultivada, lembrando que outros componentes poderão ser agregados como típicos do meio rural na configuração cênica da sua paisagem, tais como:

[...] povoados e vilarejos isolados, estradas e caminhos de terra, cercas e divisores (de vegetação, pedra ou aramado), pontes e passagens rústicas, açudes, rodas d'água (de moinhos, alambiques), estábulos, mangueiras, galpões, templos religiosos, cemitérios, estalagens e armazéns de beira de estrada, escolas isoladas, fornos de carvão, estufas, etc. (Pires, 2003, p. 126).

Consoante a edição em 2004 das *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural* (Ministério do Turismo), o rápido e ainda desordenado crescimento dessa atividade no Brasil vem gerando uma “profusão de entendimentos” que se têm confundido com múltiplas concepções e denominações, tais como: agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo e ecoagroturismo.

Teixeira e Lages (1997) ratificam que o espaço agrário ou agrícola seria uma das atividades ou especificidades do rural.

Buscando lançar luz à questão, o Ministério do Turismo (2004) apresenta nas *Diretrizes* a definição do Turismo no Espaço Rural “como um recorte geográfico, onde o Turismo Rural está inserido”, adotando para aquela expressão o conceito que compreende:

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consistem de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não (Graziano da Silva et al. apud Ministério do Turismo, 2004, p. 11).

Nessa lógica, estariam incluídos como atividades no meio rural os serviços de hospedagem e alimentação, a visita a propriedades rurais, as atividades de entretenimento ou pedagógicas desenroladas no contexto rural, assim como quaisquer outras atividades turísticas praticadas no meio rural que se constituam em motivo de visitação (Ministério do Turismo, 2004, p. 12).

Campanhola e Graziano da Silva (1999) detalharam ainda mais, em outra oportunidade, o que compreendem como “turismo no meio rural”:

atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural; turismo ecológico ou ecoturismo; turismo de aventura; turismo de negócios; turismo cultural; turismo jovem; turismo social; turismo de saúde; e turismo esportivo. Nesse conceito incluem-se, por exemplo, os ‘spas’ rurais; os centros de convenções rurais; os locais de treinamento de executivos; os parques naturais para atividades esportivas; as caminhadas; as visitas a parentes e amigos; as visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; os festivais, rodeios e ‘shows’ regionais, as visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; a gastronomia regional; os ‘campings’, as colônias de férias, os hotéis-fazenda,⁸ as fazendas-hotéis,⁹ os esportes da natureza, como canoagem, alpinismo, pesca, caça; chácaras de recreio e condomínios rurais de segunda moradia, entre outros (pp. 14-5).

Quanto ao turismo rural, este é o conceito apresentado pelo Ministério do Turismo (2004) e que, de modo geral, sustenta a posição da Embratur em 1998, cujo cunho mercadológico é apontado por Silveira (2003) como o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Ministério do Turismo, 2004, p. 11).

Finalmente, cabe dar destaque ao termo agroturismo, que, no nosso entendimento, torna as teias da categorização do turismo no espaço rural ainda mais intrincadas, como vemos:

[O agroturismo] compreende as atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem

⁸ “Hotéis nos moldes tradicionais, apenas instalados no meio rural, com atividades de lazer restritas a seu entorno” (Campanhola e Graziano da Silva, 1999, p. 14).

⁹ “Hotéis instalados em propriedades agrícolas produtivas; constitui-se atividade do agroturismo” (Campanhola e Graziano da Silva, 1999, p. 14).

ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (Graziano da Silva et al. apud Ministério do Turismo, 2004).

Graziano da Silva (apud Campanhola e Graziano da Silva, 2003, p. 14) cita como exemplos de agroturismo “a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor; o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo”.

Para alguns autores, o agroturismo seria uma subdivisão do turismo rural e teria como princípios norteadores a interligação com atividades inerentes à propriedade (agrícolas ou pecuárias), o objetivo de complementação de renda familiar por via da atividade turística, a gestão familiar (com presença obrigatória do proprietário), o alojamento de turistas na propriedade, a venda de produtos locais, a experimentação de atividades da propriedade e o contato estreito do turista com o meio rural (Tulik, 2003, pp. 38-9).

Tulik (2003), entretanto, admite que “na prática, outros tipos de turismo rural assimilaram as características do agroturismo, e que esse tipo de turismo, considerado por alguns como o mais fácil de ser compreendido, desviou-se de alguns desses objetivos” (p. 39).

Rodrigues (2003) traz uma reflexão interessante sobre o “lazer periurbano” e o “turismo periurbano”, lançando a questão sobre “a relação do proprietário ou do empreendimento com o entorno onde a atividade se realiza” (p. 106). A autora espera que a resposta defina o real vínculo histórico ou afetivo presente na atividade, ou se esta seria apenas de cunho comercial.

No caso da compra de um terreno e a posterior construção de um lago para pesque-pague, restaurante, lanchonete, sem nenhum vínculo paisagístico ou afetivo com o lugar, em que o proprietário nem reside no local e quase tudo está a cargo de empregados, ao nosso ver trata-se de um empreendimento que, apesar de se localizar fora do perímetro considerado urbano pouco se caracteriza pela ruralidade. Nem mesmo as relações de trabalho são específicas do mundo rural. O proprietário pode residir na cidade. Os funcionários são

também urbanos e/ou terceirizados, podendo ser recrutados por uma empresa, recebendo sob o regime de comissão pelo valor arrecadado (p. 106).

Prosseguindo nessa discussão, Rodrigues (2003) lembra os casos em que espaços antes essencialmente rurais foram modificados com o tempo e que provocaram, conseqüentemente, a transformação ou o abandono de certas instalações que perderam a utilidade e cita o exemplo de antigos haras que, adaptados, passaram a ser alugados para festas de casamento. Mais complicados para aquela autora seriam os casos de propriedades localizadas em zonas periurbanas e que nunca tiveram cunho rural, também bastante usadas para servir a festas de caráter urbano. A rigor, tais atividades sequer poderiam ser caracterizadas como turísticas e se constituiriam no que chama de “lazer periurbano” (p. 106).

Por outro lado, Rodrigues (2003) lembra a existência de espaços urbanos que tentam reconstruir o meio rural para fins pedagógicos, ou mesmo com o objetivo de proporcionar entretenimento e recreação, a exemplo da “fazendinha” do complexo Beto Carrero, no bairro do Brooklin, em São Paulo.

Nessa reedificação do rural, encontram-se também os eventos organizados em espaços nitidamente urbanos, como mostra a referida autora:

Está havendo um tipo de lazer e/ou de turismo rural às avessas, ou seja, a cultura rural colonizando o espaço urbano, como um resgate das tradições rurais que foram obliteradas com a cultura urbana. [...] O fato é que atualmente há uma tendência de valorização da cultura chamada de tradicional, um movimento *retrô*. [...] Trata-se de um fato que caracteriza os países centrais do capitalismo onde o fenômeno urbano torna-se cada vez mais expressivo e fonte geradora de estresse. Assim, parece que com a influência do modismo *country* norte-americano estratos da população urbana brasileira, na sua maioria jovem, passam a aderir à referida moda. Os festejos rurais invadem a cidade, onde muitos clubes, alguns já no perímetro urbano convencionalmente estabelecido, se dedicam a bailes *country*. Esses festejos que tradicionalmente aconteciam em junho – as festas juninas – ganham nova dimensão. Multiplicam-se os espaços para leilões de gado, feiras e exposições, rodeios e outras atividades de cunho rural. O evento mais conhecido no Brasil é a festa do peão em Barreiros (Rodrigues, 2003, p. 108).

A complexidade do tema se estende, na observação da autora, sobre o novo “turismo rural de cunho acadêmico”, que inclui a hospedagem de turistas em campus universitários e aulas teóricas e práticas dessa modalidade. Ela cita, ainda, a experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cujos membros alojam congressistas em acampamentos para ministrarem palestras e cursos, que atraem inclusive visitantes de outros países do Cone Sul.

Conforme as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (Ministério do Turismo, 2004), que tanto acata o termo turismo rural quanto o de agroturismo, o que importa é que a atividade turística seja cuidada

[...] de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território, a fim de fortalecer os laços comunitários e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitadas as singularidades, com vista aos benefícios para as comunidades (p. 15).

Há tantas concepções do turismo rural, como corrobora Portuguese (2005), quanto há espaços rurais diferentes, o que nos leva a pensar em abordagens e reflexões conforme a linha de observação que nos irá guiar. De qualquer modo, parece fundamental não se precipitar na associação fácil de imagens já conhecidas, tomando-se o cuidado com as necessárias distinções de forma e função, como sugere o autor:

Pensar o meio rural significa lembrar desertos, geleiras, áreas florestadas, montanhas, campos altamente mecanizados, campos cultivados no regime de subsistência, áreas ricas em castelos medievais, áreas onde o *camping* é a única possibilidade de pernoite, entre muitos outros exemplos. Em outras palavras, não se deve vincular a reflexão sobre o turismo rural com a imagem de *ruralidade* imediata que comumente se faz a partir do mundo rural que se conhece (p. 579, grifos do autor).

No que se refere à segmentação do turismo, de modo geral, as tendências apontam para a necessidade de revisão de paradigmas diante de um turista diferente do modelo ao qual se acostumaram os destinos receptivos (Panosso Netto e Ansarah, 2009). Em face de tantas nuances que abarcam as reflexões sobre o

turismo rural, tais tendências parecem fortalecer ainda mais o desafio não só na percepção do perfil dos turistas rurais como sujeitos diversos, mas também, principalmente, em estabelecer novas referências teóricas e práticas no setor.

Considerações finais

O desenvolvimento de atividades turísticas em espaço rural está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural, segundo Graziano da Silva (1997). Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo, entre elas são destacadas: o conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc.). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas em espaço rural.

Diante disso, qualquer abordagem sobre o turismo rural deve considerar, a título de alguma segurança, o espaço como construção social, coletiva, em uma dinâmica que resulte em promoção social e cultural. Nesse aspecto, as dimensões do global e do local precisam ser também apreciadas.

Assim, de posse do entendimento de que os territórios podem ser modificados pela utilização da técnica e de que os espaços são valorizados em razão de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais é que poderemos refletir sobre a possibilidade de que todos os espaços possam vir a ser do turismo, sem que nenhum espaço turístico venha a ter sentido por si só, sem contexto.

Há que se identificar critérios que possam definir propriedades, empreendimentos e atividades relacionadas ao segmento, mas considerando diferentes níveis de ruralidade, conforme orienta Rodrigues (2000). A partir de um arcabouço nesses termos, pode-se avançar investigando potencialidades locais e regionais sobre o segmento, de tal modo que algumas experiências possam guardar parâmetros de comparação e aprendizagem para novos ensaios.

O turismo em espaço rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementarem sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e sua inserção no processo de produção do espaço. De acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana, e essa urbanização estruturaria o território, o que Santos (1993) aponta como passa-

gem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo refletiria essa prática, uma vez que os hotéis fazenda, *spas* rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximas às grandes concentrações urbanas.

Referências

- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).
- BRITTO, Monique Cristine e FERREIRA, Cássia de Castro Martins. “Paisagem e as diferentes abordagens geográficas”. *Revista Geografia*, v. 2, n. 1, pp. 1-10, 2011.
- BURNS, Peter M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Choronos, 2002. (Coleção Tours).
- CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. “Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: uma nova oportunidade para o pequeno agricultor”. In OLIVEIRA, Cássio Garkains de Souza (ed.). *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro*. Piracicaba: FEALQ, 1999.
- CUNHA, Licínio. *Introdução ao turismo*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2001.
- DIRY, Jean-Paul. *Les espaces ruraux*. 2 ed. Paris: Armand Collin, 2004.
- FERRÃO, João. “Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro”. *EURE*, v. 26, n. 78, Santiago, set. 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, José. “O novo rural brasileiro”. *Nova Economia*, v. 7, n. 1, pp. 43-81, Belo Horizonte, 1997.
- JEAN, Yves. *Géographies de l'écolerurale: acteurs, réseaux, territoires*. Paris: Éditions Ophrys, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.
- LOCATEL, Celso D. “Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil”. *Mercator*, v. 12, n. 2 (especial), pp. 85-102, set. 2013.

MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo. "Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense". *Revista Rio de Janeiro*, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

MOREIRA, Roberto José. *Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação*. 2 ed., n. 1. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA, 2002.

MTUR – Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PANOSSO NETTO, Alexandre e ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. "Segmentação em turismo: panorama atual". In _____ e _____ (eds.). *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri: Manole, 2009.

PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2002.

PIRES, Paulo dos Santos. "A paisagem rural como recurso turístico". In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo Rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. "Turismo rural". In TRIGO, Luiz Gonzaga Gooi (ed.) et al. (coeds.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, José. "Observar a mudança: o papel dos estudos rurais". Conferência pronunciada no 1.º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real-Portugal, 2001.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).

RUA, João. "Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense: a rodovia Teresópolis–Nova Friburgo". In *I Encontro de Grupos de Pesquisa – agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais*, Rio de Janeiro, 2005.

- _____. “Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades”. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, pp. 82-106, Uberlândia, 2006. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, José Borzacchiello. “Discutindo o rural e o urbano”. *Revista ANPEGE*, v. 7, n. 8, pp. 3-11, ago.-dez. 2011.
- SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. “Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local”. In RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo Rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).
- TALAVERA, Agustín Santana. “O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol”. In SERRANO, Célia et al. (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).
- TEIXEIRA, Márcio Antônio e LAGES, Vinícius Nobre. “Transformações no espaço rural e a geografia rural: ideias para discussão”. *Rev. Geogr.*, n. 14, pp. 9-33, São Paulo, 1997.
- TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).
- VERBOLE, Alenka. “A busca pelo imaginário rural”. In ALMEIDA, Mário Riedl et al. (org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- WOODS, Michael. *Rural Geography*. London: SAGE. 2005.
- _____. “Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the constitution of rural place”. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 4, pp. 485-507, 2007.